ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS
Anhanguera

A Inteligência Artificial na Aplicação do Direito

Autor(res)

Adelia Pereira Da Silva
Gabrielle Cananda Azevêdo Melo
Habib Ribeiro David

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A Inteligência Artificial (IA) tem transformado profundamente o campo do Direito, oferecendo novas ferramentas para análise jurídica, automação de tarefas e apoio à tomada de decisões. Seu uso tem se expandido em tribunais, escritórios de advocacia, departamentos públicos e plataformas digitais, promovendo maior eficiência, precisão e acessibilidade à Justiça. A IA jurídica pode realizar desde a triagem automática de processos, análise de jurisprudência e elaboração de minutas contratuais, até a previsão de decisões judiciais com base em grandes volumes de dados. Os sistemas baseados em IA, como os algoritmos de aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural, são capazes de interpretar textos legais e identificar padrões complexos.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é investigar e compreender de forma crítica a aplicação da Inteligência Artificial (IA) no campo do Direito, explorando seus impactos nas atividades jurídicas e no funcionamento do sistema judiciário brasileiro. Pode contribuir para a celeridade e eficiência dos processos, elas promovem maior acesso à Justiça.

Material e Métodos

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando-se o método dedutivo. A investigação teve como base principal a análise bibliográfica e documental, buscando compreender a aplicação da Inteligência Artificial no campo jurídico a partir de fontes teóricas e práticas.
Foram consultados livros, artigos científicos, teses, legislações, pareceres jurídicos e relatórios técnicos publicados por órgãos como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), além de revistas e portais especializados em Direito e Tecnologia. Também foram analisadas plataformas que aplicam IA em ambientes jurídicos, como o sistema VICTOR (utilizado no STF) e softwares de juramentaria utilizados em escritórios de advocacia e tribunais.
O objetivo foi identificar a aplicação real da IA no sistema judiciário brasileiro.

Resultados e Discussão

Resultados e Discussão

A pesquisa revelou que a IA já está presente em diversos segmentos do Judiciário brasileiro, como o uso do sistema Victor no STF, que auxilia na triagem de processos com repercussão geral. Escritórios de advocacia utilizam softwares jurídicos que agilizam a produção de documentos e a análise de riscos. Contudo, também se verificam riscos associados, como a possibilidade de decisões enviesadas, discriminação algorítmica e falta de transparência no funcionamento dos sistemas. A ausência de normas específicas sobre responsabilidade civil e os limites éticos da automação jurídica reforça a necessidade de regulamentação.

Conclusão

Conclui -se que A IA representa uma inovação significativa no Direito Civil, trazendo vantagens como agilidade e automação. No entanto, sua adoção exige cautela, regulamentação adequada e supervisão ética. É fundamental que os operadores do Direito estejam preparados para integrar essas tecnologias de forma responsável, preservando os princípios do Estado de Direito.

Referências

REFERÊNCIAS (458 caracteres)
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Resolução n.º 332/2020
CATTONI, Marcelo Andrade. Inteligência Artificial e o Direito. Revista Brasileira de Direito Civil, 2023.
SILVA, André Ramos. A Revolução Digital no Judiciário. Saraiva, 2022.